



ID: 76571869

02-09-2018 | Dinheiro Vivo

CONCORRÊNCIA

Bancos confiantes de que vão escapar a condenação por cartel

Os maiores bancos em Portugal acreditam que o processo por acusação de cartel vai ser arquivado. CGD, Santander e Montepio não fizeram provisão para eventual coima.

—ELISABETE TAVARES

elisabete.tavares@dinheirovivo.pt

Os grandes bancos em Portugal são unânimes: o processo em curso na Autoridade da Concorrência (AdC) por acusação de cartel vai acabar por ser arquivado. Um espelho da confiança dos bancos é o facto de alguns nem sequer terem constituído uma provisão para fazer face a uma eventual coima milionária que possa ser decidida pela AdC.

A Caixa Geral de Depósitos (CGD), o Montepio e o Santander Totta estão entre os bancos que não constituíram provisão. Millennium BCP, BPI e Novo Banco não fornecem informações e nos seus relatórios e contas de 2017 não está detalhada uma provisão para o efeito.

Para os bancos, no cenário considerado improvável de haver uma condenação pela AdC, ainda haverá lugar a recursos na justiça e é possível que o caso prescreva.

“A CGD é do entendimento que neste processo não se encontram reunidos quer os pressupostos de facto quer de Direito que conduzam à condenação da CGD por qualquer prática restritiva no mercado, razão pelo que defendemos que o processo deve ser arquivado”, afirmou fonte oficial do banco público ao Dinheiro Vivo. “Em coerência com este entendimento, não foi constituída qualquer provisão.” Fonte oficial do Montepio indicou que “não foi constituída no ano de 2017 provisão pela Caixa Económica Montepio Geral relativamente

ao processo em curso perante a AdC que envolve 15 instituições bancárias presentes em Portugal, incluindo a CEMG”. “Após análise e ponderação, designadamente do estado do processo e da probabilidade de ser adotada decisão final pela AdC, não se considerou justificada a constituição de provisão”, disse.

O BCP menciona o caso no relatório e contas de 2017, mas não é claro sobre uma provisão. No Novo Banco, uma fonte oficial indicou que a instituição não tem “essa informação detalhada”. O Santander e o BPI escusaram-se a responder.

Coimas recorde

A Concorrência está a concluir a fase de instrução, havendo ainda alguns recursos judiciais pendentes

em tribunal que terão de ser previamente decididos. Caso a AdC conclua no final da instrução do processo de contraordenação pela verificação de infrações, pode condenar os infratores em coima que pode atingir os 10% do volume de negócios realizado no ano anterior e aplicar sanções acessórias. No caso dos maiores bancos, o valor pode superar os 700 milhões de euros.

Ao todo, são 15 os bancos acusados preliminarmente pela AdC por formação de cartel. A decisão final está prevista ser anunciada até ao final deste ano.

O caso remonta a 2012. A investigação surgiu por “suspeita de prática concertada, na forma de intercâmbio de informações comerciais sensíveis, no que respeita à oferta

de produtos de crédito na banca de retalho, designadamente crédito à habitação, crédito ao consumo e crédito a empresas”, segundo a AdC. A prática terá durado cerca de 11 anos e incidido sobre informações não públicas, como intenções de alteração de *spreads*. Foram efetuadas buscas a, pelo menos, dez bancos em março de 2013, tendo sido apreendida documentação.

A AdC decretou segredo de justiça no processo de contraordenação. No total, 15 bancos foram notificadas da decisão preliminar da AdC em junho de 2015.

Ao que o Dinheiro Vivo apurou, o Banco de Portugal foi ouvido pela AdC logo no início, “há muitos anos”, e não tem indicação de que vá voltar a ser consultado.

Os bancos poderão recorrer da decisão final da AdC no prazo de 30 dias após serem notificados.

O prazo de prescrição aplicável é de cinco anos e o processo pode ser suspenso até três anos. Segundo Inês Sequeira Mendes, sócia da Abreu Advogados, a prescrição ocorre no prazo máximo de dez anos e meio. Mas fonte oficial da Concorrência garantiu ao Dinheiro Vivo que, “no que depende exclusivamente da atuação da AdC, o risco de prescrição não se coloca”.



dinheirovivo.pt | domingo, 2 de setembro de 2018

N.º 368 | Este caderno faz parte integrante do Jornal de Notícias n.º 93 do ano 131

dinheiro vivo



Energia

Norte assegura 44% da produção nacional. Maioria vem das barragens

NEGÓCIOS Região ganha importância no contexto nacional da produção e do consumo de energia. Já quase metade da oferta renovável é assegurada pelo norte do país. P. 14

RUI OLIVEIRA/GLOBAL IMAGENS



NEGÓCIOS — P. 08-09

Ferrovias Um terço dos comboios a diesel estão em risco de parar

LEONARDO NEGRÃO/GLOBAL IMAGENS

NEGÓCIOS — P. 15

Exportações da metalurgia a caminho de novo recorde

INTERNACIONALIZAÇÃO Primeiro semestre foi positivo também para os setores de agroindústria, vinhos, cortiça, têxteis e madeiras.

NEGÓCIOS — P. 11

Bancos confiam que vão escapar a condenação por cartel

CONCORRÊNCIA Maiores bancos acreditam que a acusação de cartel vai ser arquivada. Alguns nem sequer fizeram provisão para a coima da AdC.

ENTREVISTA — P. 04-05



ALQUEVA “Água vai acompanhar preços altos da energia”

PROJETOS Mesmo com as contas no vermelho, a EDIA, liderada por José Pedro Salema, avança com mais área de regadio e uma central solar.

DESTAQUE — P. 06-07

O que querem os melhores universitários de Economia? Emigrar

ifthenpay
Referências Multibanco para a sua Empresa
www.ifthenpay.com